



AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL  
SCS, Quadra 09, Lote C, Torre A - 5º Andar, Edifício Parque Cidade Corporate - Bairro Setor Comercial Sul, Brasília/DF, CEP 70308-200  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - www.anac.gov.br

## TERMO ADITIVO

Processo nº 00058.045725/2020-13

### CONTRATO DE CONCESSÃO DE AEROPORTO Nº 002/ANAC/2012-SBGR – EDITAL Nº 002/2011

#### TERMO ADITIVO 006/2020

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS, CELEBRADO EM 14 DE JUNHO DE 2012 ENTRE A AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL E A CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

Pelo presente instrumento, conforme documentos constantes do Processo Administrativo n.00058.045725/2020-13, a **Agência Nacional de Aviação Civil**, na qualidade de **Poder Concedente**, entidade integrante da Administração Pública Federal Indireta, submetida a regime autárquico especial, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, neste ato representada na forma de seu Regimento Interno, e a **Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.**, doravante designada **Concessionária**, com sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, 3º andar, CEP 07.190-100, Guarulhos/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 15.559.082/0001-86, representada na forma de seus atos constitutivos pelo Sr. **Gustavo Soares Figueiredo**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade RG n. 94230125, expedida por IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o n. 018.382.587-01, Diretor Presidente, e Sr. **Ricardo Rocha Perrone**, brasileiro, solteiro, licenciado em ciências econômicas, portador da carteira de identidade nº 09.539.849-1, expedida pela DIC/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 073.367.897-14, Diretor de Relações com Investidores, ambos com domicílio na Rodovia Hélio Smidt, s/n, 3º andar, CEP 07.190-100, Guarulhos/SP, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, segundo as seguintes cláusulas:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente termo aditivo é alterar o Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos, com o objetivo de permitir a Reprogramação dos Pagamentos das Contribuições Fixas, com fundamento no Art. 1º da Lei 13.499, de 26 de outubro de 2017, e, art. 8º, inciso XXIV, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS, SEÇÃO I – DAS DEFINIÇÕES

2.1. O subitem 1.1.15 do Contrato de Concessão passa a vigorar com a seguinte redação:

1.1.15. Contribuição Fixa: montante a ser pago em decorrência da oferta realizada no Leilão objeto da presente Concessão, nos termos e condições estabelecidos no item 2.13.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CAPÍTULO II – DO OBJETO, SEÇÃO IV – DA CONTRIBUIÇÃO AO SISTEMA

3.1. O item 2.13.1 do Contrato de Concessão passa a vigorar com a seguinte redação:

2.13.1 As demais parcelas da Contribuição Fixa deverão ser pagas pela Concessionária de acordo com a tabela abaixo:

Data	Valor
20 de dezembro de 2017	RS 319.659.914,28 (trezentos e dezenove milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, novecentos e catorze reais e vinte e oito centavos)
11 de julho de 2018	R\$ 171.330.171,45 (cento e setenta e um milhões, trezentos e trinta mil, cento e setenta e um reais e quarenta e cinco centavos),
11 de julho de 2019	RS 810.650.000,00 (oitocentos e dez milhões, seiscentos e cinquenta mil reais)
18 de dezembro de 2020	R\$ 417.201.249,76 (quatrocentos e dezessete milhões, duzentos e um mil, duzentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos)
18 de dezembro de 2021	R\$ 834.402.499,51 (oitocentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta e um centavos)
18 de dezembro de	R\$ 834.402.499,51 (oitocentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta

2022	e um centavos)
18 de dezembro de 2023	R\$ 834.402.499,51 (oitocentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta e um centavos)
18 de dezembro de 2024	R\$ 834.402.499,51 (oitocentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta e um centavos)
11 de julho de 2025	RS 810.650.000,00 (oitocentos e dez milhões, seiscentos e cinquenta mil reais)
11 de julho de 2026	RS 810.650.000,00 (oitocentos e dez milhões, seiscentos e cinquenta mil reais)
11 de julho de 2027	RS 810.650.000,00 (oitocentos e dez milhões, seiscentos e cinquenta mil reais)
11 de julho de 2028	RS 810.650.000,00 (oitocentos e dez milhões, seiscentos e cinquenta mil reais)
11 de julho de 2029	R\$ 1.121.438.975,89 (um bilhão, cento e vinte um milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, novecentos e setenta e cinco reais e oitenta e nove centavos)
11 de julho de 2030	R\$ 1.215.975.000,00 (um bilhão, duzentos e quinze milhões, novecentos e setenta e cinco mil reais)
11 de julho de 2031	R\$860.096.660,36 (oitocentos e sessenta milhões, noventa e seis mil, seiscentos e sessenta reais e trinta e seis centavos)
18 de dezembro de 2031	R\$355.749.892,95 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e nove mil, oitocentos e noventa e dois reais e noventa e cinco centavos)
11 de julho de 2032	R\$1.215.975.000,00 (um bilhão, duzentos e quinze milhões, novecentos e setenta e cinco mil reais)

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DO CAPÍTULO III – DOS DIREITOS E DEVERES, SEÇÃO X – DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. O item 3.1.66 do Contrato de Concessão passa a vigorar com a seguinte redação:

3.1.66 manter em vigor a Garantia de Execução Contratual nos valores e prazos estabelecidos abaixo, sob qualquer uma das formas previstas no item anterior, tendo como beneficiária a ANAC:

Eventos da Concessão	Valor	
<b>Durante a Fase I-B do Contrato:</b> a partir da assinatura do Contrato até o término da Fase I-B do Contrato.	R\$ 884.853.000,00 (oitocentos e oitenta e quatro milhões e oitocentos e cinquenta e três mil reais)	
<b>Após o término da Fase I-B do Contrato:</b> a partir do término da Fase I-B do Contrato até o término do Contrato.	Até 10 de julho de 2018	R\$ 442.426.000,00 (quatrocentos quarenta e dois milhões e quatrocentos e vinte e seis mil reais)
	De 11 de julho de 2018 a 10 de julho de 2019	R\$ 378.494.017,14 (trezentos e setenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil e dezessete reais e quatorze centavos)
	De 11 de julho de 2019 a 10 de julho de 2020	R\$ 442.426.000,00 (quatrocentos e quarenta e dois milhões e quatrocentos e vinte e seis mil reais)
	De 11 de julho de 2020 a 10 de julho de 2021	R\$ 403.081.124,98 (quatrocentos e três milhões, oitenta e um mil, cento e vinte e quatro reais e noventa e oito centavos)
	De 11 de julho de 2021 a 10 de julho de 2025	R\$ 444.801.249,95 (trezentos e vinte três milhões, oitocentos e vinte e seis mil e setecentos e setenta e cinco reais)
	De 11 de julho de 2025 a 10 de julho de 2029	R\$ 442.426.000,00 (quatrocentos e quarenta e dois milhões e quatrocentos e vinte e seis mil reais)
	De 11 de julho de 2025 a 10 de julho de 2029	R\$473.504.897,59 (quatrocentos e setenta e três milhões, quinhentos e quatro mil, oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e nove centavos)
	De 11 de julho de 2030 a 10 de julho de 2032	R\$ 482.958.500,00 (quatrocentos e oitenta e dois milhões, novecentos e cinquenta e oito mil e quinhentos reais)
	<b>Gatilho de Investimento:</b> a partir da ocorrência de um dos eventos previstos no PGI como Gatilho de Investimentos.	10% (dez por cento) do valor dos investimentos previstos
<b>Término do Contrato:</b> pelo período de 24 (vinte e quatro) meses após o término do Contrato.	R\$ 64.476.000,00 (sessenta e quatro milhões quatrocentos e setenta e seis mil reais)	

4.2. O item 3.1.67.2 do Contrato de Concessão passa a vigorar com a seguinte redação:

3.1.67.2 reajustar a Garantia de Execução Contratual anualmente, no dia 11 de julho, de acordo com a fórmula constante do item 5.2 do Anexo 6 – Modelos e Condições Mínimas para a Garantia Contratual.

4.3. Fica excluído o item 3.1.67.2.1 do Contrato de Concessão.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CAPÍTULO XIII – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO, SEÇÃO III – DA CADUCIDADE

5.1. Fica incluído o item 13.9-A no Contrato de Concessão:

13.9-A Em caso de extinção antecipada da concessão por caducidade, relicitação ou falência, serão descontados da indenização referente aos investimentos vinculados a bens reversíveis não amortizados a diferença entre os valores previstos no cronograma original de pagamento da Contribuição Fixa e o cronograma reprogramado de acordo com a Lei 13.499/2017, atualizada pelo IPCA acumulado entre

fevereiro de 2012 e o mês anterior à efetivação do desconto, e pela taxa de desconto de 6,81% ao ano, proporcional entre as datas em que ocorrerem diferenças entre os cronogramas e a data de efetivação do desconto.

5.2. Fica excluído o item 13.21.1.1 do Contrato de Concessão.

## 6. **CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO ANEXO 6 – MODELOS E CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA GARANTIA CONTRATUAL**

6.1. O item 5.2 do Anexo 6 do Contrato de Concessão passa a vigorar com a seguinte redação:

5.2. A Garantia de Execução do Contrato será reajustada periodicamente, em 11 de julho de cada ano de acordo com a fórmula a seguir transcrita:

$$G_t = G_0 \times (IPCA_t / IPCA_0)$$

Onde:

$G_t$  é o valor reajustado da Garantia de Execução exigida na data  $t$ ;

$G_0$  é o valor da Garantia de Execução exigida na data  $t$  estabelecido no item 3.1.66;

$IPCA_t$  corresponde ao IPCA divulgado pelo IBGE, referente ao mês anterior ao do reajuste da Garantia de Execução na data  $t$ ; e

$IPCA_0$  corresponde ao IPCA divulgado pelo IBGE, referente ao mês fevereiro de 2012 (3438,19).

6.2. O item 2 do Modelo de Fiança Bancária do Anexo 6 do Contrato de Concessão passa a vigorar com a seguinte redação:

2. Em consequência desta Carta de Fiança, obriga-se o Banco Fiador a pagar à ANAC, no caso de descumprimento das obrigações assumidas pela Afiançada no Contrato, os valores indicados a seguir, para cada período da Concessão:

(Valores conforme a cláusula 3.1.66 do Contrato)

OBS(1): Os valores indicados acima deverão ser reajustados anualmente, no dia 11 de julho, de acordo com a fórmula a seguir transcrita:

$$F_t = F_0 \times (IPCA_t / IPCA_0)$$

Onde:

$F_t$  é o valor reajustado da Fiança exigida na data  $t$ ;

$F_0$  é o valor da Fiança exigida na data  $t$  estabelecido no item 3.1.66;

$IPCA_t$  corresponde ao IPCA divulgado pelo IBGE, referente ao mês anterior ao do reajuste da Fiança na data  $t$ ; e

$IPCA_0$  corresponde ao IPCA divulgado pelo IBGE, referente ao mês de fevereiro de 2012 (3438,19).

## 7. **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

7.1. Ficam ratificadas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas e subcláusulas do Contrato de Concessão ora alterado que não tiverem sido retificadas, alteradas ou substituídas pelo presente Termo, que passa a ser parte integrante e inseparável do referido Contrato.

## 8. **CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

8.1. O presente Termo Aditivo será publicado, por extrato, no Diário Oficial da União, tendo eficácia a partir da referida publicação.

8.2. As Partes renunciam a quaisquer direitos decorrentes da presente alteração contratual, inclusive para fins de eventual pleito de revisão extraordinária para o fim de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

E, por se acharem justas e contratadas, firmam as Partes o presente Contrato nas vias de início referidas, que serão destinadas a cada um dos signatários, tudo perante as testemunhas abaixo:

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

**Agência Nacional de Aviação Civil**

Poder Concedente

**Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.**

Concessionária

**Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.**

Concessionária

### Testemunhas:

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Rocha Perrone, Usuário Externo**, em 17/12/2020, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Soares Figueiredo, Usuário Externo**, em 17/12/2020, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliano Alcântara Noman, Diretor-Presidente**, em 17/12/2020, às 17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jacqueline de Azevedo Silva, Coordenador de Outorgas e Projetos Especiais**, em 17/12/2020, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luisa Guimaraes Pinto Pinheiro, Coordenador de Gerenciamento de Concessões Aeroportuárias**, em 17/12/2020, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador 5147591 e o código CRC 24C07EEC.